

Casas de farinha e farinhadas: cultura material, história oral e memória*

Francisco Evandro de Araújo**

Palavras-chave:
Casas de Farinha
Cultura Material
História Oral
Memória

Resumo: O presente artigo trata de maneira bastante clara de uma prática ainda existente, mas em rápida decadência, no meio rural do Ceará. As casas de farinha e as farinhadas são, hoje, espaços de memória no meio rural e momentos de sociabilidades respectivamente. Sua importância na agricultura de subsistência nos sertões do Ceará é descrita e analisada levando em consideração aspectos da cultura material e recortes da memória dos personagens envolvidos nesta prática. Procedimentos da História Oral foram utilizados para melhor percebermos os significados simbólicos construídos em torno do nosso objeto.

Mots-clés :
La Farine Maisons
La Culture Matérielle
L'Histoire Orale
La Mémoire

Résumé : Le présent article, il est très clair d'une pratique qui existe encore, mais en décroissance rapide, dans des zones rurales de Ceara. Les maisons de la farine et l'farinhadas sont, aujourd'hui, espaces mémoire dans les zones rurales et les moments de sociabilité respectivement. Son importance dans l'agriculture de subsistance dans les zones de chalandise de Ceara est décrit et analysé en tenant compte des aspects de la culture matérielle et les coupures de la mémoire des caractères impliqués dans cette pratique. Procédures de l'histoire orale ont été utilisés pour mieux comprendre les significations symboliques construites autour de notre objet.

Recebido em 31 de outubro de 2014. Aprovado em 26 de dezembro de 2014.

Introdução

A produção historiográfica nos últimos anos tem se dedicado a estudar objetos até então vistos com desconfiança por muitos historiadores. Reconstruir histórias de bairros e cidades tomando por base a memória dos idosos, estudar o meio rural e a história dos trabalhadores rurais e suas práticas agrícolas de subsistência, apoiando-se principalmente em testemunhos orais, estão entre os muitos fenômenos tomados por objeto de investigação em pesquisas acadêmicas. Muitos questionaram a veracidade histórica dessas pesquisas, outros perceberam que a história não é feita apenas de grandes feitos de personalidades ilustres como prefeitos, coronéis fazendeiros, todos, direta ou indiretamente, faziam parte de uma trama maior, de uma grande “colcha de retalhos”, que podemos denominar

de processo histórico onde estão presentes múltiplos personagens, em muitos casos, quase anônimos.

Esse anonimato foi se desfazendo na medida em que se adotou uma postura investigativa no qual não só documentos escritos e oficiais eram usados, mas uma gama de outros registros foram sendo incorporados ao cabedal de fontes dos historiadores. Entre essas fontes, a memória se tornou uma fonte primordial para se reconstruir certas facetas do passado.

Tomando por base os depoimentos orais e, sustentado pelos métodos da História Oral, o historiador tinha em mãos a ferramenta que faltava para tirar do anonimato vários personagens e reconstruir uma história menos lacunar, menos elitista, pois, como nos diz Joutard (2000, p. 33):

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando

* O presente artigo é resultado da pesquisa realizada para produção de monografia como requisito para aquisição do grau de especialista no Programa de Pós-graduação Perspectivas e Abordagens em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que teve como tema Casas de farinha e cultura material: a casa de farinha, a mandioca e as farinhadas em Itapiúna nas décadas de 1960 a 1970.

** Graduado e Especialista em História pela Universidade Estadual de Ceará (UECE). Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura, Memória e Educação (HICUME) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB – Redenção), vinculado ao CNPq. Professor na Faculdade Maciço de Baturité (FMB).

a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história.

Como podemos perceber a História Oral se tornou uma metodologia indispensável para o historiador dos “derrotados” possibilitando a este tornar conhecida a ação de muitos trabalhadores que sempre foram ignorados pela história oficial. Os trabalhadores do campo, principalmente os produtores de subsistência, sempre foram relegados ao esquecimento como se tal atividade – essencialmente voltada para a subsistência e para o consumo interno – perdesse o seu valor histórico/análítico e não fosse digna da nobreza de Clio. Sobre este esquecimento, Ivone Cordeiro Barbosa (2002, p. 20), em *Sertão: um lugar incomum*, nos diz:

Poder-se-ia falar da produção de um certo silêncio que pode ser pensado como sintoma e resultado da profunda desqualificação que historicamente tem sofrido a atividade agrícola no contexto das experiências sociais no campo. Como atividade de pobres expropriados e submetidos a uma teia paternalista de dominação, o espaço social do sertão agrícola, na sua cotidianidade, não se adéqua a uma construção celebrativa da vida sertaneja.

A História Oral pode ser usada como forma de tirar do anonimato estes que até então foram ignorados em sua dignidade histórica. E, trazer à tona todo o valor daqueles que em seu esforço cotidiano deixaram suas marcas na terra onde trabalhavam e produziam, forjavam e eram forjados no cotidiano de sua ação é um dever do historiador comprometido com uma produção historiográfica onde se reconheça o papel de todos na “colcha de retalhos” que é o processo histórico. É como e onde se tem a oportunidade de dialogar com aqueles que realmente vivenciaram na prática todo um contexto e que sem esse diálogo o processo de reconhecimento histórico fica comprometido e seu direito à posteridade e à memória são negados. Como nos diz Sonia Maria de Freitas (2002), a metodologia da história oral nos aponta novas possibilidades para se compreender o passado já que é uma forma de tirar do silêncio vozes que, de outra forma, não poderiam ser ouvidas dando-lhes seu verdadeiro lugar no processo histórico.

Sobre essa relação entre História e Memória, Freitas (2002, p. 59) enfatiza: “História é sinônimo de memória, havendo uma relação de fusão. Elas não se distinguem. A história se apodera da memória coletiva e a transcreve em palavras. É nesse momento que a história dá voz ao ‘povo’ pela primeira vez”.

Nesse sentido, podemos afirmar que não haveria História Oral sem memória e a construção/reconstrução da memória não seria possível sem as técnicas da História Oral. Em se tratando de classes menos privilegiadas, o suporte da oralidade se torna imprescindível na medida em que essas populações guardam apenas na memória suas práticas e experiências permeadas de significados que só dizem respeito àquele grupo social, são saberes e valores que não podem ser ensinados, mas apreendidos pela prática cotidiana da observação e, como disse Thompson (1981, p. 194):

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas [...] no “habitus” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata.

A memória como fonte histórica

A memória enquanto pressuposto de reconstrução do passado traz toda uma carga de vivências empíricas que devem ser encaradas com seriedade e criticidade por parte dos historiadores, pois, como nos diz Hobsbawm (2004, p. 37), “Os historiadores são o banco de memória da experiência. Teoricamente, o passado – todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje – constitui a história”. Ainda sobre a memória, Ferreira (2002, p. 314) nos coloca: “A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”.

Com esse banco de memória o historiador deve também se importar com o tempo presente, afinal de contas, passado, presente e futuro são partes de um mesmo processo de construção do cotidiano amalgamado na vida das pessoas – agentes deste processo que se encontra em constante evolução.

O uso da memória como documento histórico pressupõe o trabalho com uma técnica contemporânea de pesquisa, a história oral com a qual se é capaz de ouvir o oprimido, recuperar trajetórias de inúmeros grupos sociais dominados que, postos no esquecimento por uma historiografia elitista, nunca foram reconhecidos como personagens importantes do processo histórico. Sobre isso, Ferreira (2002, p. 314) nos fala que:

As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social — uma história oral militante. Essa proposta, entretanto, não teve boa acolhida entre a comunidade acadêmica, e menos ainda entre os historiadores.

Apesar de não ser bem acolhida pela comunidade acadêmica – no princípio – como bem afirma Ferreira (2002), a história oral vem ganhando um espaço cada vez maior na produção científica, não só entre os historiadores, mas entre antropólogos, sociólogos e outras áreas das ciências sociais e, no que diz respeito à História do Tempo Presente, a oralidade se torna uma perspectiva essencial.

A memória, porém, muitas vezes é usada para oprimir e dominar, para impor uma identidade de maneira coerciva de forma que se torna imprescindível o papel do historiador oral na reconstrução de identidades autônomas. Como nos diz Le Goff (2003, p. 24), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Não podemos esquecer que quando estamos fazendo/produzindo história oral estamos inseridos num processo que se dá de maneira dialógica onde sujeito (entrevistador) e objeto (entrevistado ou colaborador) são participantes ativos da reconstrução da própria memória, ele, o colaborador, reelabora constantemente suas perspectivas e cabe ao entrevistador ficar atento a estas nuances nessa relação. Buscar perceber os silêncios, perceber nos gestos a subjetividade de suas palavras para

fazer uma análise mais crítica das afirmações. Às vezes é mais importante entender os silêncios e omissões do que procurar uma suposta verdade, pois a memória é subjetiva por natureza. Freitas (2002, p. 69) afirma que:

[...] em História Oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou. Por outro lado, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em História Oral é saber porque o entrevistado foi seletivo ou omissivo, pois esta seletividade tem o seu significado.

Prática da História Oral e a questão da ética

Entre as críticas que se fazem à História Oral podemos citar a que diz respeito à entrevista. O ato de entrevistar tem suscitado muitos questionamentos quanto à forma como se deve proceder com quem Portelli (1997) chama de fonte, outros chamam de colaboradores. Fontes ou colaboradores não importam, o que se deve considerar, como nos afirma o próprio Portelli (1997, p. 13), é que:

À semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais têm a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações – correspondam ou não aos seus desejos e expectativas. Como somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la, cabenos, por outro lado, situar a ética profissional e técnica no contexto de responsabilidades mais amplas, tanto individuais e civis como políticas.

Diante do que falou Portelli (1997), e considerando que toda fonte tem seus problemas de verdade, podemos nos perguntar, até que ponto a fonte oral é confiável como produtora de história tendo por base a memória das pessoas simples como os trabalhadores rurais? Haveria objetividade no que se produz com a História Oral?

Em seu Manual de História Oral, José Carlos Sebe Bom Meihy (2002, p. 26) afirma: “Ao se materializar em documento escrito, a história oral ganha a objetividade de qualquer outro documento grafado. A dinâmica da palavra, porém, continua a existir, alheia ao conhecimento que o documento escrito possa vir a produzir”.

A objetividade não estará no que foi dito ou não dito, mas na forma crítica como o historiador oral vai proceder com sua análise. Em outras palavras, já sabemos que a memória é uma construção e como tal sofre influências do meio social em que é construída.

Casas de farinha, cultura material, história oral e história local

Desde que iniciei minha vida acadêmica senti a necessidade de ouvir aqueles que, de uma forma ou de outra, foram excluídos do processo historiográfico como indignos da nobreza de Clio e relegados ao esquecimento histórico. Refiro-me à pesquisa que iniciei em 2009 quando então me dediquei a estudar as casas de farinha no município de Itapiúna¹. Naquele momento meu estudo se resumiu a uma descrição objetiva da casa de farinha, seus trabalhadores e ferramentas usadas no processo de produção de farinha. Busquei perceber como os trabalhadores da farinhada se relacionavam, como eles se percebiam naquele processo produtivo de subsistência e como os donos de farinhadas eram vistos por esses trabalhadores.

Durante a pós-graduação dei continuidade a essa temática, agora por outro viés historiográfico. Dada a importância material da cultura da farinha no município citado, dediquei meus esforços à cultura material das casas de farinha. Entendo também que o processo histórico não se dá apenas no âmbito dos grandes feitos e, além disso, é preciso que se faça mostrar, tornar conhecidas, as práticas dos chamados pequenos, da produção em pequena escala, pois, queiram ou não, a produção, de qualquer produto, por menor que seja, tanto sofre influências do grande mercado como influencia neste.

Temos consciência de que a cultura material e seu papel na reconstrução do processo histórico não se resumem em tornar conhecidas as técnicas e ferramentas utilizadas numa certa prática produtiva, mas entender subjetivamente o uso destas, os significados e ressignificados construídos no cotidiano, pois:

A História da Cultura Material estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos

que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano [...]. Contudo, este campo deve examinar não o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural. (BARROS, 2010, p. 30).

A casa de farinha sempre foi considerada “a prima pobre” do engenho de açúcar. Por conta da finalidade de sua existência – o que ali se produzia estava voltado para a subsistência interna desde a colonização – este espaço concreto e, ao mesmo tempo, cheio de significados que se subjetivaram nos seus usos, foi esquecido por uma prática historiográfica presa às macroanálises econômicas.

Sabemos que a produção de farinha sempre esteve ligada à sustentabilidade alimentar que garantia a continuidade de várias outras atividades produtivas desde o Brasil colônia como a produção açucareira, por exemplo. A casa de farinha sempre esteve ao lado do engenho complementando e, às vezes, sendo usada como única ferramenta para produção de farinha – fonte de alimento para os trabalhadores do açúcar e pequenos produtores de subsistência.

Reconhecida a zona de opacidade estabelecida em torno da pequena produção no Brasil – no Ceará não foi diferente – é que se torna relevante um estudo que ponha em evidência este lugar lhe dando a devida importância histórica, ainda mais quando é sabido que a documentação insuficiente não explica os poucos estudos sobre a casa de farinha e seus significados. Essa lacuna se explica muito mais pela desvalorização das atividades agrícolas de subsistência praticadas no campo do que pela documentação, supostamente, insuficiente.

O trabalho com a cultura material, principalmente no que diz respeito aos objetos, nos força a entender o uso mental e subjetivo destes mesmos objetos, seus significados e valores; as interações consubstanciadas no uso cotidiano dessas ferramentas que passam a assumir funções subjetivas importantes no concreto das relações reais de trabalho, já que:

Também as coisas são dotadas de animação, também elas exercem força motriz, também elas atuam socialmente, conformando um quadro de referências, possibilidades e limites ao agente humano, independente de

este ter consciência disto ou não. Longe de ser passivamente estruturada pelo homem, a materialidade, pela sua própria fisicidade, age como estruturante da ação humana, e a propriedade de agir, antes reservada ao ser humano, estende-se agora à cultura material, surgindo uma articulação entre as várias dimensões da realidade. (REDE, 2012, p. 145).

Para podermos entender os significados que os objetos vão adquirindo, para dar valor documental ao artefato, faz-se necessário o uso da evidência oral na medida em que ela vai possibilitar ao historiador fazer uma análise mais crítica do papel e da relação do objeto com as experiências de trabalho do grupo estudado. Sobre essa relação entre artefato e memória, Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 95) nos diz:

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. E, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.

O objeto se torna documento na medida em que o historiador através de sua análise, baseada na evidência oral², lhe dá sentido inserindo-o em seu contexto socioeconômico. Quem utiliza? Como utiliza? Onde utiliza? Para que utiliza e quais os significados concretos e subjetivos assumidos em relação ao objeto em seus usos em diferentes tempos? Raphael Samuel (1990, p. 231), em seu artigo *História local e História Oral*, nos coloca que:

A evidência oral pode também ajudar a trazer os resíduos da cultura material. A vara de cobre ou o rodo deixam de ser objetos inanimados se alguém ouve os homens ou as mulheres que os utilizaram, o fogaréu do barriqueiro acende-se novamente, as facas pretas enferrujadas são limpas.

Sobre a importância da evidência oral, Ferreira (apud Cardoso, 2012, p. 171) nos diz ainda que:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos de outra forma: são depoimentos de analfabetos, mulheres [...] são histórias de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas [...].

Nossa pesquisa procurou investigar de forma problematizadora a casa de farinha em toda sua materialidade e significados construídos e reconstruídos na visão dos diversos produtores que por ali passaram. A produção de mandioca envolvendo todas as técnicas e ferramentas relacionadas a este produto e as farinhadas que se tornam momentos de produção e sociabilidade onde são manifestadas as mais diversas facetas das relações travadas entre aqueles que têm no campo o espaço da sobrevivência marcada pelas angustias das intempéries climáticas que, de tempos em tempos, tornavam a vida mais difícil. Dona Zélia ao recordar de uma farinhada que Seu Francisco dos Santos teria feito nos fala das dificuldades que tiveram o do prejuízo numa de suas farinhadas:

[...] Mas só que botava uma ruma de gente prá arrancar mandioca, aí fica a mandioca sobrando do dia pro outro, quando vai passar aquela mandioca que foi arrancada primeiro, a bicha fica toda rocha. Ai sei que fez uma farinha mal feita, e prá acabar de completar começou num aviamento, o aviamento não prestou, mudou, a mandioca foi mudada, ai vai batendo, aí arruinou! Aí, Zé do Manu era comerciante forte naquela época, no final de sessenta prá setenta né, por ai né. Final de sessenta pra entrada de setenta. Aí sei que prá fim de conta, o Zé do Manu comprou num sei quantos sacos de farinha, né. Aí, lá vem o Zé do Manu com a farinha de volta. Aí, num prestava mesmo. Aí o cumpade Aldenir ali vizim, viu. Disse – o comerciante tem razão. Ninguém vai vender porcaria, não. Pois é. Aí o cumpade Denir viu quando uma mulher voltou um kilo de farinha prá casa do Zé do Manu, danadinho! O pobre do comerciante leva desaforo, né. Oi, você num pode botar mercadoria ruim, você espanta o povo. Coisa veia ruim, o povo diz – eu não comprei nada pra cachorro, não! Diz logo assim! Aí as vaquinhas comeram, a vaca, a farinha molhada, porque não prestava! (SANTOS, 2009b).

A produção de farinha nestas farinhadas possibilitava a existência periódica – período da safra de agosto a novembro – de relações microeconômicas entre pequenos produtores e pequenos comerciantes

com a compra e venda dos derivados da mandioca. Tais relações não estavam isentas de pequenos conflitos como o narrado por Dona Zélia. O trato com a mandioca deveria ser de cuidado quando isso não acontecia o produtor tinha prejuízo.

Era também comum que muitas vezes a casa de farinha fosse usada com pequenas farinhadas onde predominava o regime de mutirão no processo da produção, a oferta de beijus e tapiocas se fazia no final da farinhada que durava no máximo dois dias. Havia farinhadas maiores onde as relações de trabalho eram menos informais dando ao processo produtivo um sentido mais comercial, nesse caso o pagamento dos profissionais da farinhada era feito tomando por base a produção – quanto mais se produzia mais se ganhava – ou por diária pré-acordada entre trabalhadores e proprietários. No seu relato, o Senhor Francisco Manuel dos Santos, também conhecido com Seu Chico, nos diz:

[...] eu cobrava por terça, né, um saco, duas terças. Uma terça de farinha é oito litros. O povo dava aí um agrado de farinha. Aonde tinha caixão aqui eu vendia. Eu também, eu comprava farinha também, eu guardava as minha também e comprava pra encher o caixão. Vendia aqui pá rua mermo. Vendi muita farinha ali o Zé do Manu e ao povo dos mato... também às vez comprava. Minha casa de farinha era à roda, prá trás. (SANTOS, 2009b).

Nesse sentido, podemos perceber que, apesar de pequena, existia uma relação comercial nessa atividade produtiva e que de certa forma era influenciada e ao mesmo tempo influenciava a atividade econômica no município de Itapiúna, tornando-se assim relevante para um estudo histórico fundamentado nos princípios teóricos da cultura material e relevante para a história local.

A abordagem deste tema se torna muito importante na medida em que diz respeito a um assunto pouco analisado pela historiografia brasileira. Ainda podemos afirmar que este estudo tornará possível a divulgação das técnicas dos mestres da farinhada, das ferramentas utilizadas, no cultivo da mandioca e na produção de farinha, como usavam o caititu, a prensa, o forno, os outros nomes que as tecnologias do engenho da farinha recebiam, além dos perigos que certas engrenagens podiam oferecer a quem lidava com elas, os medos e os significados que tinham para cada trabalhador:

Depois de tirar aquela massa tinha um negócio da prensa, um fuso. Bota ali no banco, forra com umas palha. Fuso de madeira, é madeira, aí fura e vai torcendo lá, né. O Toim era o mestre da prensa, Toim Costa, né. O preenseiro. Era o preenseiro. Tem que ser um homem, né. Depende de uma forcinha pá imprensar, pá sair enxuta. A depois que tira aquela massa da prensa vai pá peneira, né! tirar a crueira. É! tem que ter uma vazia. A peneira de mandioca é uma peneirona quadrada, né, como aquelas de peneirar coisa construção, daquele tipo, né. Aí bota duas, três, quatro pessoa com as mão dentro mexendo, no instante penera. Aí leva pro forno. É assim. É muita coisa, né. Arranca, carrega, raspa, lava, ceva, passa na prensa, aí da prensa passa na peneira aí que vai pro forno, né. E o torrador deve ser uma pessoa de casa também, né. Experiente. (SANTOS, 2009b).

O caititu, também chamado de roda ou tarisca, era onde se triturava a mandioca antes de ser lavada, prensada e levada ao forno era uma das ferramentas que exigia do cevador³ uma habilidade maior nas mãos, um descuido e poderia perder os dedos. Segundo Dona Zélia, “A bola é o mesmo caititu, né. Na época era a roda. Mas cuidado, não deixa a mãozinha não, se não corta também” (SANTOS, 2009a).

Mostrar isso, também, significa adentrar no caráter material e ao mesmo tempo cultural e mental que marcava as relações dos homens, suas técnicas e tecnologias; é encontrar na cultura material os traços da subjetividade presente no concreto das ferramentas; é ressignificar seus usos; é trazer aos olhos da sociedade embebida de conceitos modernizantes, práticas de um passado não muito distante que nos ajudará a conhecer melhor como era a vida dos produtores de farinha – verdadeiros personagens anônimas da história (VAINFAS, 2002) – e todas as dificuldades que enfrentavam na lida diária para sobreviver.

Contrariamente àqueles que pregam a imobilidade tecnológica das casas de farinha, mostramos com este estudo as mudanças que foram ocorrendo no decorrer do espaço temporal em questão nestas verdadeiras fábricas de farinha no que diz respeito às tecnologias, mudanças que, mesmo lentas, representaram alterações no processo produtivo e nas relações de trabalho nesta atividade:

Minha casa de farinha era à roda, prá trás. Quando eu comprei um pedaço de terra lá

na serra, lá era a motor. A daqui era roda e lá na serra eu comprei um motozim. Nois fazia farinhada lá o povo usava tanta carga de jumento, hoje, não, tudo é de carro, tudo é de carro. Prá facilitar eu comprei um motozim. Motozim bom. Motozim a manivela e óleo diesel. (SANTOS, 2009b).

O uso do motor a óleo diesel já era uma realidade nas casas de farinha dos proprietários mais abastados desde os anos sessenta, nas outras com donos de menor condição era usada uma roda de uns dois metros de diâmetro com duas manivelas laterais que ocupava dois homens “dispostos” para sevar – triturar – a mandioca depois de raspada. Só na metade dos anos setenta, com a chegada da energia elétrica nas propriedades mais ricas o motor a óleo vai ser substituído pelo motor elétrico o que vai provocar um aumento na produtividade, principalmente nas casas de farinha mais próximas da cidade aonde a energia chegava com maior facilidade por causa das curtas distâncias. Nas outras casas o motor a óleo ainda estava chegando à custa de muito esforço de alguns donos e a energia só iria chegar a muitas delas no início dos anos oitenta.

As permanências também têm grande relevância na análise desses espaços, já que em todo processo histórico, nas sociedades mais avançadas, elas são objeto de muita atenção do historiador, através das permanências podemos perceber a lenta adesão ao dito progresso tecnológico que aos poucos foi tomando conta, também, do campo, mudando os hábitos alimentares e, que em médio prazo, foi provocando a decadência das casas de farinha e a redução das farinhadas.

Nos depoimentos orais vimos também como nas relações de trabalho da produção de farinha ficam claras algumas evidências de conflitos e de formas sutis de resistência (SCOTT, 2002) dos profissionais mais importantes da farinhada. O Senhor Francisco Otávio, produtor anual de farinha deixa isso claro em uma parte de seu depoimento: “Ora! Se a gente não pagasse o que eles queriam, ficavam resmungando, diziam que iam raspar demais a mandioca, não tiravam a goma direito, podiam deixar a farinha muito escaroçada [...]” (TAVARES, 2009)⁴.

Os rumores, a dissimulação, o ressentimento, os eufemismos, o “corpo mole” são formas possíveis de resistência em contexto de

dominação e de controle cultural. Possuem, portanto, um sentido político de antagonismo de classe que o foco exclusivamente centrado nas instituições formais dos trabalhadores não permitia ver. (NEVES; MENEZES, 2001, p. 163).

A relevância de um estudo deste para a história local tem nos impulsionado na investigação do objeto em questão. Registrar estas experiências é tirar do anonimato estruturas materiais e personagens essenciais na permanente construção/reconstrução de um processo histórico que é constante, mas não linear.

Notas

1 Localizada a 120 km de Fortaleza, o município de Itapiúna pertence à microrregião do Maciço do Baturité.

2 Partes das três entrevistas citadas neste artigo pertencem a um conjunto de dez entrevistas realizadas para a monografia já citada. Dona Zélia dos Santos, nascida em 1937 é esposa de dono de casa de farinha. O Senhor Francisco dos Santos era dono de uma casa de farinha e nasceu em 1918. O Senhor Francisco Otávio, que em 2009 havia 55 anos, é, até hoje, produtor de farinha que usa a casa de farinha em forma de parceria, ou seja, pagando com uma parte de 10% do total produzido para o dono da casa.

3 Profissional responsável por triturar a mandioca no caititu ou tarisca.

4 Deixamos claro que esta visão parte de um personagem que possui um lugar social neste processo produtivo, seu Francisco é produtor de farinha.

Referências

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2002. (Coleção Outros diálogos; 5).

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

_____. História, Tempo Presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, Jul./Dez. 2002,

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena. (Org.). **História Oral: desafios para o século XXI** – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-45.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v. 21, p. 89-103, 1998.

NEVES, Frederico de Castro; MENEZES, Marilda Aparecida de. Resenha: SCOTT, James C. Weapons of the Weak: everyday forms of Peasant Resistance. e Domination and the Arts of Resistance. **Trajetos. Revista de História da UFC**. Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 159-163, 2001.

PESEZ, Jean Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A Nova História**. 4. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1988. (O Homem e a História).

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. **Revista Projeto História**, n. 14, São Paulo, p. 25-39, Fev./1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral; In: **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-33, Abr./1997.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 133-150.

SAMUEL, Raphael. História local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 9 nº19, p. 219-243, Set.89/Fev.90.

SCOTT, James. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31. Jan./Jun./2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3ªed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas Anônimos da História: Micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Fontes orais

SANTOS, Antônia Zélia dos. **Entrevista realizada em sua residência**, Carnaubinha dos Padeiros, Itapiúna, CE, em 20 mar. 2009a.

SANTOS, Francisco Manuel dos. **Entrevista realizada em sua residência**, Carnaubinha dos Padeiros, Itapiúna, CE, em 20 mar. 2009b.

TAVARES, Francisco Otávio. **Entrevista realizada em sua residência**, Bairro Vila Amorim, Itapiúna, CE, em 23 fev. 2009.